



Palestra Proferida na Primeira Conferência Internacional “Inovações e Desafios para a Democratização dos Serviços de Saneamento”

Recife, 25 de fevereiro de 2013

Palestra: Fortalecimento do Setor Público e do Controle Social

Palestrante: Edson Aparecido da Silva

Sociólogo

**Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
Assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários –
FNU/CUT**

O objetivo da intervenção é discorrer um pouco sobre a necessidade de reforçarmos o papel do Estado na perspectiva de alcançarmos a universalização do acesso aos serviços de saneamento a toda a população, independentemente da sua capacidade de pagamento.

Universalização que em nossa opinião significa a garantia de água em quantidade e qualidade adequada, 24 horas por dia, 365 dias por ano. Coleta e tratamento de esgotos, manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas.

E vou falar também da necessidade de criarmos e reforçarmos os instrumentos de controle social sobre a prestação dos serviços de saneamento e das políticas públicas das cidades.

Todos nos sabemos que o setor de saneamento no Brasil avançou muito a partir do início dos anos 2000, romperam-se décadas do que se

convencionou chamar de “vazio institucional”, graças à edição da Lei 11.107/2005, a Lei de Consórcios Públicos que em seu artigo 13 trata do saneamento e cria o contrato de programa, como instrumento para designar a relação entre entes públicos ou a parceria publico/publico, que defendemos e também da Lei 11.445/2007 que definiu as diretrizes nacionais para o setor de saneamento. Lei que, entre outros méritos, resgata a necessidade de planejamento, abre a possibilidade de criação de instrumentos de controle social e coloca os municípios como protagonistas das ações de saneamento. E nesse momento esta em debate o Plano Nacional de Saneamento o PLANSAB que significará, se aprovado e implementado, mais um passo importante rumo a universalização do acesso.

Além disso, foram retomados os investimentos no setor, mais fortemente a partir do ano de 2007, através do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 1 com cerca de R\$ 40 bilhões e no ano de 2010 o PAC 2 com mais de R\$ 45 bilhões. Essa iniciativa do Governo Brasileiro acabou com anos de contingenciamento de recursos que estagnou o avanço do saneamento no Brasil desde meados dos anos 1980 com fim Plano Nacional de Saneamento - PLANASA.

Porem, apesar dos avanços alcançados ate agora, acreditamos que muitos são os desafios a serem superados, nas mais variadas áreas.

No que diz respeito ao financiamento:

1. Muitos Estados, municípios e operadores do saneamento não tem margem de endividamento e por isso não conseguem contratar recursos;
2. Somam-se a isso, muitas vezes, a falta de projetos qualificados que se adequem as exigências das instituições financeiras. Consequência da falta de técnicos capacitados e/ou falta de recursos para contratar projetistas;
3. Alto grau de exigências para liberação de recursos por parte das instituições financeiras;
4. E ainda, quando se consegue tomar o recurso, muitas vezes, executar esses recursos passa a ser a dificuldade;

5. Outro grande problema que nos defrontamos, é a dificuldade de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, função indelegável do município e exigência da Lei 11.445/2007 para a liberação de recursos a partir do ano de 2014.

Com relação às tecnologias:

1. Em nossa opinião o setor de saneamento no Brasil vive a ditadura das grandes obras e grandes projetos. Uma lógica consolidada e que encontra resistência por parte das grandes projetista e empreiteiras para sua transformação.

Com relação ao controle social:

1. Um dos grandes desafios a serem superados pelo movimento popular, para o efetivo exercício do controle social, e a assimetria do conhecimento entre gestores, poder público e iniciativa privada. Além disso, de nada adianta compor uma serie de conselhos onde se debate se discute e nos momentos das tomadas de decisões estruturais, importantes os movimentos não são ouvidos.

Com relação a Gestão e operação dos serviços de saneamento:

1. Um dos grandes desafios, e porque não dizer o principal deles, que temos pela frente, diz respeito ao modelo de gestão e operação que defendemos para o setor de saneamento. Hoje no Brasil a maioria dos serviços de saneamento são públicos, apesar da forte presença do setor privado em etapas da prestação dos serviços, seja através da terceirização ou como projetistas ou executores de grandes obras. Porém, sofremos ameaças constantes e algumas concretizadas, do setor privado passar a ser operador direto de determinados serviços, inclusive recebendo diretamente as tarifas pagas pelos usuários por 25, 30, 35 anos.
2. Como exemplos podemos citar a Região Metropolitana de Recife, com contrato recém-assinado, Município de Serra no Espírito Santo, também assinado recentemente, o Agreste Alagoano, com uma serie de problemas. Cuiabá, com uma serie de denúncias e reclamações da população, Câmara de Vereadores e Prefeito, o mesmo ocorrendo na cidade de Castilho em São Paulo, ameaça de

subdelegação na Região Metropolitana de Goiás, com forte intervenção contrária do Ministério Público daquele Estado, Comissão Parlamentar de Inquérito em Manaus para apurar o não cumprimento do contrato por mais de uma década por parte do operador privado, entre outras.

Hoje os operadores privados já estão presentes em 10% do mercado de saneamento no Brasil e com meta de atingir 40% nos próximos 10 anos.

Nos compreendemos que não é proibido o setor privado atuar em serviços públicos, isso está garantido na Constituição Federal, artigo 175, na Lei de Concessões 8.987/95, Lei das PPPs 11.079/2004.

Porém, nós defendemos que universalização do acesso aos serviços de saneamento não se efetivará sem uma forte e robusta presença do Estado. As áreas mais carentes e pobres, não interessam ao privado quem tem como objetivo o lucro fácil. Nesse cenário o privado opera as áreas rentáveis e o poder público fica responsável com as áreas que se sustentam.

Infelizmente enfrentamos um momento muito adverso, do ponto de vista político, o Governo Federal, com o argumento da necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura, tem facilitado a ação do setor privado, vide **Medida Provisória 575, de agosto de 2012, transformada na Lei 12.766/2012** que estabelece medidas fiscais e financeiras para tornar mais atraente para o investidor privado a parceria com o setor público no âmbito das Sociedades de Propósito Específico (SPE's), em meios aos contratos de Parceria Público-Privada (PPP). E, mais recentemente, a pressão para alteração da Portaria número 40 de janeiro de 2011 do Ministério das Cidades que garante que o desbloqueio de recursos públicos, para entes públicos, deva ser suspenso a partir do momento da assinatura do contrato de concessão ou PPP. A mudança dessa portaria, na prática, abre a possibilidade do setor privado se apropriar de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), aplicado em obras de saneamento.

Algumas propostas para tentar contribuir com o debate

Com relação ao fortalecimento do Papel do Estado e do setor público

1. Defendemos que sejam flexibilizadas as regras de financiamento para os setor público na área de saneamento. Os recursos tomados para investimento nessa área não deveriam ser contabilizados no cálculo da dívida pública, apesar disso não ser um dos mais graves problemas. É preciso rever a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de licitações, 8.666/93. Claro que tudo isso deve ser feito considerando a qualificação do gasto público e com instrumentos de controle por parte da sociedade;
2. Defendemos maior agilidade na liberação de recursos;
3. Defendemos a criação de um Fundo para investimento em saneamento com os recursos dos impostos pagos ao governo federal pelos operadores de saneamento: (PIS - Programas de Integração Social e COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social);
4. Defendemos a criação de um grande programa nacional de apoio a elaboração dos planos municipais de saneamento, através da disponibilização de técnicos, oficinas de capacitação, bem como o fortalecimento das linhas de financiamento com objetivo de financiar os planos;
5. Defendemos a criação de um Programa de Recuperação e Revitalização dos Operadores Públicos de Saneamento;
6. Defendemos a revisão da restrição que existe hoje para tomada de credito por parte dos consórcios públicos, que podem ser um importante instrumento de alavancagem de obras públicas;
7. Quero reforçar que defendemos os serviços públicos com qualidade e controle social. Atender bem a população e fundamental para reforçarmos o setor público.

Com relação às tecnologias

8. O Brasil é um País de dimensões continentais, com realidades, características e necessidades diferenciadas. Os projetos e as obras de saneamento devem levar em conta essas diferenças. É preciso enfrentar os megalomaníacos do setor.

E por fim o Controle Social

1. É preciso que os instrumentos de controle social se fortaleçam, sejam institucionalizados para que não sejam destruídos a qualquer momento. É preciso uma grande corrente nacional para que sejam criados os conselhos estaduais e municipais das cidades e, além disso, defendemos que se invista na “assimetria do conhecimento” para que a ação da sociedade não sirva meramente para referendar ações do poder público. Nesse sentido, criar programas de formação onde se agregue aos conhecimentos práticos/empíricos conhecimentos técnicos é fundamental. Pode-se, por exemplo, realizar convênios com universidades públicas com esse objetivo. Além disso, defendemos conselhos deliberativos, assim, evita-se que decisões importantes sejam tomadas sem o aval dos conselheiros e conselheiras.

Não podemos esquecer ainda das Agências/Órgãos de Regulação, exigência para validação dos contratos de programa, de acordo com 11.445/07, que se constituíram com um caráter extremamente técnico no auge das privatizações nos anos 1990 e permanecem assim, não garantindo a participação de representações da sociedade.

Para encerrar eu quero dizer que é preciso resgatarmos nossa capacidade de indignação. Nós não teremos um País sem miséria enquanto todos os homens todas as mulheres, idosos, jovens e crianças não tiverem acesso pleno à água e ao saneamento.

Obrigado